

"GOTAS NO OCEANO"

- 42ª GOTA -

ABRIL / 2008

Autoria: Dra. Juliana Matias

SUCCESSÃO LEGÍTIMA e SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA

A sucessão legítima é a deferida por lei, de acordo com a ordem de vocação hereditária, que é o rol das pessoas que podem ser chamadas a ser sucessores, de acordo com a preferência da lei.

A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente (se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente);

IV - aos colaterais (até o 4º grau).

São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

No tocante à sucessão testamentária, impõe-se, antes de mais nada, definirmos o que é um testamento.

Testamento é negócio jurídico unilateral, solene, gratuito, personalíssimo e *causa mortis*, pelo qual se dispõe do patrimônio para depois da morte e se faz disposições de última vontade (ex: reconhecimento de filhos, nomeação de tutor etc).

Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.

A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.

Além dos incapazes, não podem testar os que, no ato de fazê-lo, não tiverem pleno discernimento.

Podem testar os maiores de dezesseis anos.

A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

O testamento pode ser:

➤ **PUBLICO**: possui conteúdo público e é elaborado de viva voz pelo a tutor da herança perante o tabelião, ou quem exerça função notarial, na presença de duas testemunhas maiores de 16 anos.

➤ **CERRADO**: elaborado pelo testador, na presença de duas testemunhas, mas cujo conteúdo ninguém terá ciência; as testemunhas apenas presenciaram a entrega do testamento ao tabelião, que lacra o testamento com selos oficiais; a violação desses selos gera caducidade (perda de efeitos do testamento); só é aberto pelo juiz das Sucessões.

➤ **PARTICULAR**: elaborado pelo testador, da forma que quiser e onde estiver; o testador deve ler para, pelo menos, três testemunhas; não pode o testamento ter rasura, nem espaço em branco; o próprio testador guarda o testamento onde quiser; necessita, posteriormente, de confirmação judicial.

O CC dispõe, ainda, no seu art. 1896, dos chamados testamentos especiais: marítimo, aeronáutico e militar. Fora esses, não se admitem outras formas especiais de testamento.

Na sucessão testamentária, deveremos encontrar herdeiros sucedendo a título universal, mas poderemos encontrar legatários, porque estes sucedem a título singular, ou seja, legatário não responde pelas dívidas do falecido.

Com base na cláusula testamentária, se o testador deixa, por exemplo, 1/3 do seu patrimônio, ou 10% deste patrimônio para alguém, está testando a título universal, tratando-se o beneficiário de herdeiro testamentário; mas se deixa coisas individualizadas, especificadas (ex: casa na praia, colar de diamantes etc), está testando a título singular, sendo chamado o beneficiário aqui de legatário.

O herdeiro assume a posse do bem logo, já o legatário só assume ao final do processo de inventário, quando se verificar que a herança é solvível, ou seja, pode pagar as dívidas do falecido. Assim, se a herança não pagar as dívidas, o legatário não vai receber o seu legado (ex: casa na praia, seu colar de diamantes).

O testamento é um ato revogável ou alterado a qualquer momento pelo testador, mas tão somente no que diz respeito à parte patrimonial, mantendo-se na íntegra as demais disposições de vontade.

Independente da forma como foi feito, o testamento pode vir a ser revogado por qualquer outra forma válida.

A revogação pode ser total ou parcial, expressa, tácita ou presumida.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil, vol. 6 e 7**. São Paulo, Saraiva, 2004.